

# REGENERAÇÃO E DECADÊNCIA: HISTÓRIA, LITERATURA E OS USOS DO PASSADO E DO PRESENTE NO PORTUGAL OITOCENTISTA

## REGENERATION AND DECADENCE: HISTORY, LITERATURE, AND PAST AND PRESENT USES IN NINETEENTH PORTUGAL

Cássia Daiane Macedo da SILVEIRA\*  
Evandro SANTOS\*\*

**Resumo:** O presente artigo tem por intento apresentar uma visão panorâmica acerca de duas noções profundamente significativas e presentes nas letras portuguesas ao longo do século XIX, quais sejam: regeneração e decadência. Tais ideias, dadas as suas abrangências nos textos do período, podem ser examinadas sob os mais diferentes aspectos. Com atenção a dois nomes conhecidos do período, Alexandre Herculano e Eça de Queirós, nosso objetivo constituiu-se em, sobretudo a partir de breve revisão bibliográfica, esboçar o contexto de discussão das mencionadas noções e verificar seu trânsito entre história e literatura no período. Trata-se de leitura inicial, cuja justificativa é contribuir à divulgação do tema.

**Palavras-chave:** História – Literatura – Regeneração e Decadência.

**Abstract:** This paper intends to present a panoramic approach to two deeply meaningful and lasting notions in Portuguese literature during the 19th century, namely: regeneration and decadence. Such ideas, considering their range in texts of the period, could be examined under various different aspects. Paying attention to two renowned names of that period, Alexandre Herculano and Eça de Queirós, our intent was, coming mainly from brief bibliographic revision, to draught the context of discussion of the notions above and verify its movement between history and literature in the period. It is an inceptive approach, and its justification is to contribute to the circulation of the subject-matter.

**Keywords:** History – Literature – Regeneration and Decadence.

*É que uma das funções outrora asseguradas ao romance – fazer as vezes de sociologia – já não tem razão de ser. Em compensação, o romance pode servir-se dos recursos do ultradescriptivo próprios da linguagem; pode, no limite, ter um alcance cognitivo, confiando na capacidade expressiva da língua, capacidade essa que é independente da sua função descritiva, submetida à prova de verificação. (RICOEUR, A crítica e a convicção, 2009).*

---

\* Mestre em História – Doutoranda – Programa de Pós-Graduação em História – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, Campus Universitário Zeferino Vaz SN, Cidade Universitária, CEP: 13083-970, Campinas, São Paulo - Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: [cassiamsilveira@gmail.com](mailto:cassiamsilveira@gmail.com).

\*\* Mestre em História – Doutorando – Programa de Pós-Graduação em História – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Av. Bento Gonçalves, 9500, Agronomia, 91509-900, Porto Alegre, Rio Grande do Sul - Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: [evansantos.hist@gmail.com](mailto:evansantos.hist@gmail.com).

Este artigo tem por objetivo examinar alguns aspectos gerais relacionados a duas noções que, de certa maneira, organizaram as reflexões de alguns dos mais importantes homens de letras em Portugal no século XIX. Ao longo de um percurso que começa por volta da década de 1840 e chega ao final do referido século, as ideias de “regeneração” e de “decadência” perpassaram a construção do Estado liberal português após as idas e vindas da revolução de 1820.

Marcada desde cedo pelo tenso e longo período da transmigração da realeza e independência do Brasil, do domínio inglês e das invasões francesas, uma geração que, a partir do final dos anos 1830, dedicou-se aos problemas do presente e do passado do país acabou por estabelecer uma particular e dominante visão sobre esta parte da Europa. Como se sabe, o Estado moderno consolidou-se fortemente nos diversos países do mundo ocidental através dos grandes projetos de construção das identidades nacionais. No Brasil, caso que nos é mais próximo, embora o fenômeno da independência, de 1822, seja frequentemente utilizado como marco instaurador da nacionalidade, é importante afirmar que, como plano discursivo, é também no final da década de 1830 que um esforço propriamente dominante buscará ordenar um tempo histórico para a nação, até então ausente. A remissão necessária aqui é à fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, no Rio de Janeiro (GUIMARÃES, 2011).

Em Portugal, desde 1779, havia a Academia das Ciências de Lisboa, que já reunia sábios em torno de temas relativos ao pretérito do país e suas possessões ultramarinas (a associação era um desdobramento da precursora Academia Real da História Portuguesa, que funcionou entre 1720 e 1776). Em uma perspectiva mais ampla, o passado e o presente passaram a ser reescritos a partir da imprensa literária que se transformou e desenvolveu como legado das intervenções francesas em Portugal e do projeto liberal instalado com avanços e retrocessos entre os anos 1820 e 1850, aproximadamente. Posteriormente, com livros editados por diversos literatos, história e romance viveriam sua aproximação e variedade de trocas mútuas, fenômeno comum em diversas partes do mundo ocidental. É aqui que se inicia o percurso que gostaríamos de seguir.

A fundação do jornal *O Panorama*, no ano de 1837, sob os auspícios da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, uma associação civil preocupada com os avanços da indústria e da instrução em Portugal, marcou a fama em torno de Alexandre Herculano (1810-1877). Este reconhecimento situou-o como o “pai da história”, sobretudo após a publicação de sua volumosa obra *História de Portugal*, cujo primeiro volume data de 1846. Envolvido desde muito cedo com questões políticas que o levaram à condição de emigrado, recordando-se que viveu na Inglaterra e na França durante alguns dos anos mais duros da revolução, na primeira metade da década de 1830, foi no meio jornalístico que o autor fez seu nome. A experiência de viver os desdobramentos da revolução de 1830, em Paris, determinou muito do que o letrado polivalente produziu.

Embora houvesse um esforço de diferenciação entre as chamadas imprensas de “opinião” e “literária ou instrutiva”, cujos temas eram, respectivamente, matérias políticas e de variedades, é visível o envolvimento entre os assuntos. A forte censura, que só arrefeceu com a lei de imprensa de 1834, marcou a história dos periódicos em Portugal. Outros impressos que guardam as características desse momento, e dos quais participou Herculano, como a *Revista Universal Lisbonense* ou o *Arquivo Pitoresco*, apesar de também buscarem se enquadrar dentro dos limites supostos ao periodismo de instrução, reuniram, com frequência, assuntos que diziam respeito às pautas políticas da época. Este contexto letrado que se seguiu de meados dos anos 1830 e vai, grosso modo, até 1870, constitui ambiente muito rico para a percepção das relações entre história, literatura e seus usos bastante diversificados.

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que um aspecto básico é o projeto pedagógico que envolve toda a literatura produzida em boa parte do século XIX em Portugal e em outros espaços. Fosse através do romance de folhetim, divulgado em profusão nas páginas de periódicos, de excertos morais ou de estudos sobre antiguidades e pautas contemporâneas, a ideia geral que norteava a reflexão dos letrados após as tentativas de implementação do liberalismo era mesmo a formação moral do “povo”, categoria que passava a fazer parte do discurso dos letrados e políticos. Um Estado cada vez mais centralizado ganhava a presença de homens interessados em intervir no novo modelo de sociedade que enfim era instituída, especialmente, com o plano de industrialização posto em marcha nesta conjuntura.

Estas indicações prévias auxiliam na compreensão do que se deve destacar: a convivência entre os produtos da pesquisa histórica e os textos de perfil ficcional que se distribuíam lado a lado nas páginas dos periódicos antes de serem editados em versão de livro. Se o romance, na forma do folhetim ou de livro, já ganhava respaldo no prisma de seu impacto sobre os leitores, com a visão pedagógica e pragmática que caracterizaria o uso dos saberes no Oitocentos, esse gênero alcançaria seu máximo reconhecimento em sua versão histórica. O inglês Walter Scott, conclamado “pai do romance histórico”, seria então o modelo a ser seguido neste novo compromisso didático da escrita. Conforme lembra Maria de Fátima Marinho,

[...] a idéia de que um bom romance histórico ensinava mais do que um livro de história preside a grande parte do nosso século XIX e princípio do XX, chegando Herculano a afirmar que Walter Scott ou Alfred de Vigny ensinam mais do que os historiadores [...] (MARINHO, 1999, p. 15).

À medida que o Estado ampliava seus compromissos junto à população, a imprensa e seus conteúdos assumiam o compromisso ético e cívico de educar a população. Na sociedade que emergia com as concepções liberais, na qual o chamamento dos cidadãos e sua realocação após os efeitos mais drásticos da revolução seria uma constante, a preocupação com a transmissão de ideias políticas e morais era permanente. Assim, a experiência de Herculano, com seu exílio na Inglaterra e, sobretudo, na França demarcou a exposição das concepções que o interessavam quando começou a publicar seus textos em *O Panorama* (CATROGA, 1998, p. 48-49). O efeito prático das invasões francesas sobre o percurso da imprensa em Portugal encontrou reflexos no discurso através dos conceitos que, depois, atravessariam o século nas páginas dos periódicos e, no caso específico dos jornais literários, aos que aqui aludimos. Por via da ficção ou da história, os dilemas institucionais seriam lançados aos leitores.

Este viés plural da ação de Herculano expandia-se por meio de seu contato diversificado com o igualmente amplo mundo das letras em meados do século XIX. Ainda que a tradição das academias garantisse algum legado ao discurso histórico propriamente dito, fato é que ele só passou a ser percebido tal como hoje o entendemos no correr daquele século e com o trabalho de homens como o autor português em questão. Neste sentido, alguns aspectos são interessantes. No âmbito do discurso político e moral, os temas caros a Herculano apareciam como que condensados em três temas aludidos por António José Saraiva: o setor religioso, o ensino público e o meio

literário (SARAIVA, 1949, p. 57). Pela história e pela literatura, tendo como efeito motriz as mudanças necessárias à sociedade, ele escrevia na esteira da ideia de regeneração que aparecia com frequência quando dos paralelos entre a revolução de 1789, na França, e o movimento liberal de 1820, em Portugal. No particular, de acordo com Maria Cândida Proença, o conceito de regeneração assumiu, no país de Herculano, cariz nacionalista, por conta das invasões francesas (PROENÇA, 1987, p. 6).

Assim, no setor religioso, há dois exemplos que podem ser levantados a partir de Herculano. O primeiro diz respeito às possibilidades apontadas pelo jornalista no que tange à exploração dos temas ligados à instituição religiosa. Seu romance *Eurico, o presbítero*, publicado em livro no ano de 1843 (saiu em *O Panorama* anteriormente), corresponde a um uso da ficção a serviço da crítica da tradição institucional. Tal como vivenciou na França, no começo da década de 1830, a realocação da instituição religiosa no Estado liberal seria uma das preocupações do autor de folhetins. Por outro lado, o romance produzido a partir de uma crítica de costumes, o que ultrapassa o discurso político, seria apropriado por Herculano de modo declarado. Basta observar sua explicação em uma nota de abertura anexada à versão unificada do referido romance: “[...] a imaginação vinha ahi para supprir a historia. Da ideia do celibato religioso, das suas consequências forçosas e dos raros vestígios que destas achei nas tradições monásticas nasceu o presente livro” (HERCULANO, 1900, p. X). Como explicita na nota, a ausência de maior número de documentos que descrevam e fundamentem a instituição do celibato e suas consequências nefastas, foco da crítica de Herculano ao longo do romance, a imaginação criativa seria o meio pelo qual esse questionamento poderia ser apresentado. Aqui reside um caso, entre muitos passíveis de identificação no Oitocentos, em que a função atribuída ao texto ficcional é correlato, mas também complementar, ao texto historiográfico. Determinados aspectos da realidade social poderiam ser melhor expostos e compreendidos através do romance.

Este exemplo, entretanto, não resume as complexas relações do jornalista e historiador com a Igreja. Como parte de sua operação historiográfica, a crítica dos argumentos oriundos de mitos e tradições foi uma marca que lhe custou a tranquilidade quando da recepção de sua *História de Portugal* pelos leitores. A proximidade e interesse do pesquisador no tocante às ditas lendas, visíveis em seus textos distribuídos na forma do folhetim, quando participantes em sua grande obra histórica submetidas estavam à crítica em seus moldes modernos. Na ausência de fontes, a tradição deveria ser desautorizada:

[...] mas importa sobretudo sublinhar que, a partir do primeiro volume da *História de Portugal* e, sobretudo, da polémica acerca do milagre de Ourique, o historiador adoptava um discurso totalmente diverso no que respeita às tradições de Ourique e das Cortes de Lamego (MATOS, 2008, p. 163).

A oposição à que se refere Sérgio Campos Matos é justamente entre os textos com intenções de divulgação de um suposto passado nacional, escritos nos primeiros anos de sua produção, e o que se seguiu à publicação de sua grande obra. Os mitos que faziam parte da cultura oral e escrita e legitimavam o passado da nação, em vias de “regeneração”, eram situados em outro plano, diferente da verdade da história.

Com a consciência da necessidade de uma reordenação generalizada da sociedade após o período revolucionário, sob a égide da história, entendida como uma noção ampla e variada, o trabalho de Herculano tentava implementar as outras das faces de seu discurso político moral. Eis a metáfora do historiador para a definição de seu conceito de história:

A história pode comparar-se a uma coluna polígona de mármore. Quem quiser examiná-la deve andar ao redor dela, contemplá-la, em todas as suas faces. O que entre nós se tem feito, com honrosas exceções, é olhar para um dos lados, contar-lhe os veios da pedra, medir-lhe a altura por palmos, polegadas e linhas (HERCULANO, 1842, p. 57).

Tratava-se de uma noção de história muito apropriada aos usos que esse saber passou a ter ao longo do século XIX. Tal como os periódicos literários, entre as décadas de 1830 e 1860, especialmente, ocuparam-se de divulgar conhecimentos os mais variados no intuito de ilustrar parte da população, outra das preocupações de Herculano, a sua perspectiva geral sobre a história era também aberta. A regeneração política e moral do país só seria possível com a instrução. Desse modo, a intervenção em assuntos de fórum religioso, tradicional e, evidentemente, histórico, por meio das artes, sejam elas monumentais ou escritas, e também pela pesquisa nos arquivos e bibliotecas, faz parte da agenda do letrado oitocentista.

Considerando que a própria ideia de arte era entendida dentro da lógica moderna da história, isto é, em sentido diacrônico, com um amplo espaço de experiência a partir do qual o presente do século XIX buscava as bases de sua fundação, o romance histórico, o teatro, a poesia e, inclusive, os monumentos seriam elaborados ou descritos por Herculano como faces diversificadas do tempo histórico como ponte entre o pretérito e as exigências dos dias que corriam. É importante observar que o mundo

literário funda-se e funde-se com as esferas políticas e econômicas, já que a participação das associações civis e industriais será de fundamental pertinência no desenvolvimento das letras e das artes.

As diferentes formas de ação efetiva por meio do discurso seriam exploradas por Herculano e outros importantes nomes do século XIX em diferentes partes do Ocidente. Como hipótese, não podemos deixar de ter em conta as suas experiências como emigrado, os contextos políticos e letrados da Inglaterra e, ainda mais, da França e seus efeitos nestas primeiras décadas da produção herculaniana. Por isso, a regeneração era um

[...] termo que envolvia uma dinâmica que encerrava o apelo à esperança salvadora de conseguir opor à crise geral do Antigo Regime um conjunto de reformas, de carácter predominantemente político/institucional, que seriam capazes de promover a regeneração da sociedade (PROENÇA, 1987, p. 7).

Não foi por acaso que os temas relacionados ao lugar e ao poder da instituição religiosa no novo mundo liberal português interessou a Herculano. Os mesmos assuntos ele viu serem discutidos na França, com a monarquia católica de julho na revolução de 1830. Segundo Proença (1987, p. 7-8):

[...] por essa razão, e devido à permanência dos valores cristãos católicos no imaginário das populações, o apelo à regeneração e a toda a série de implicações morais e religiosas nele incorporadas foram largamente utilizados pelos políticos portugueses para perseguirem variados objectivos de acordo com as situações conjunturais.

Portanto, vemos aqui uma rearticulação dos discursos a partir de noções que são transferidas do vocabulário religioso ao político, mas também ao novo vocabulário pedagógico civil. As instituições de ensino passam a contar com os letrados que produzem conhecimentos diversos, ao passo que o discurso da regeneração nacional, após o impasse revolucionário, ganha força. O empobrecimento e o alto índice de analfabetismo de grande parte da população serão alguns dos impasses ao projeto de aprimoramento da sociedade. Neste ponto, as noções de regeneração (de fundo religioso e moral) e decadência (cuja legitimidade ganharia outro patamar com o discurso acerca da ciência moderna) passam a conviver. A busca pelas qualidades da nação adentraria o século XX. É importante dizer que mesmo a ditadura de Salazar, em Portugal, apropriou-se do conceito de regeneração. Então, neste mundo de significados, o tema da

decadência passaria a funcionar como um conceito articulador entre a política e as letras, a exemplo do que se passou com a regeneração.

### *Eça de Queirós e a decadência*

Com o avanço do século XIX, as relações entre história e ficção foram se tornando diferentes e, de certa forma, foram acompanhando os debates mais gerais que as ciências trouxeram à tona. Já nas décadas finais do século, por exemplo, cresceu a importância das ideias darwinianas de pré-seleção biológica: vagamente orientadas pelas teorias introduzidas por Charles Darwin, essas ideias sugeriam que, ao contrário do que sonhavam os defensores da democratização das sociedades europeias, os homens eram desiguais e essas desigualdades eram hereditárias (WEBER, 1988, p. 32). Por certo que tal sorte de ideia também era derivada, precisamente, do avanço da democratização da sociedade, o que gerava um grande receio – associado a um desprezo por todo aquele considerado “inferior” – naqueles indivíduos acostumados aos padrões aristocráticos de distinção. Todos os temas ligados à degeneração – que era considerada biológica e hereditária e, portanto, tinha características de predestinação – cresceram em importância na segunda metade do século XIX e estavam ligados, no mais das vezes, ao medo de tornar a sociedade medíocre, ao misturar os “melhores” aos degenerados, e ao medo da mestiçagem. Desde a década de 1840, com o crescente empobrecimento da população urbana, especialmente em grandes centros como Londres e Paris, popularizaram-se os estudos a respeito da miséria e de suas causas, enfatizando a doença e o crime (BRESCIANI, 1982; WEBER, 1988, p. 32). Mais para o fim do século, criou-se uma verdadeira “ciência da degeneração”, notabilizada nos estudos do italiano Cesare Lombroso, que procurava em caracteres físicos as expressões da genialidade ou do crime.

Ao mesmo tempo em que aumentava o interesse por temas ligados à decadência e à degeneração, ciência e literatura ainda procuravam seus limites e o que as diferenciava. Flaubert e Baudelaire, por exemplo, acreditavam que a literatura estava num caminho intermediário entre a ciência e a filosofia, mas foi Zola – o criador do romance naturalista – quem amplificou essa pretensão da literatura como “sociologia prática”: o romancista acreditava estar praticando, quando escrevia suas obras, a “verdadeira” sociologia (LEPENIES, 1996, p. 17). Para criar as regras de escrita do seu método naturalista, Zola baseou-se no livro “Introdução ao estudo da medicina

experimental”, do médico Claude Bernard, publicado em 1865, deixando bastante claro as pretensões científicas que o escritor tinha para a literatura. Segundo o escritor, o romancista deveria buscar a verdade, fazendo suas personagens “evolúrem” numa dada história, mostrando como os fatos se sucederiam conforme as exigências do determinismo dos eventos estudados (ZOLA, 1992, p. 31). A conduta humana, segundo seu ponto de vista, certamente em tudo de acordo com o contexto intelectual em que escreveu, seria determinada pela hereditariedade e pelo meio, sendo que os frutos da degeneração poderiam ser vistos após algumas gerações (ZOLA, 1992, p. 42).

Em Portugal, o ideário científico ganhou outra dimensão com a chamada “geração de 1870”. Formada por intelectuais como Antero de Quental, Teófilo Braga e Vieira de Castro, ela se compõe de um grupo formado a partir da “Questão Coimbrã” – polêmica gerada entre os intelectuais citados, os novos, e um grupo de remanescentes dos ultra-românticos portugueses, como António Feliciano de Castilho (a base da polêmica foi um texto escrito por Castilho, logo revidado pelo grupo mais jovem). A principal motivação do acirrado debate travado entre eles foi de ordem literária, mas havia ainda uma oposição profunda entre duas visões de mundo: a geração de 1870, personificada pelos jovens intelectuais da Universidade de Coimbra, era influenciada pelas ideias científicas e pela crença no progresso. Ao mesmo tempo, refletiam sobre uma filosofia da história capaz de conduzir a uma sociedade mais justa, num crescente “otimismo historicista” (NATÁRIO, 2008, p. 122).

No campo da literatura, Eça de Queirós (1845-1900) se destaca pelas narrativas realista-naturalistas com inclinação para a busca por interpretações para a história portuguesa, em particular, as causas de sua decadência. Como vimos, a ideia de decadência não era uma especificidade do escritor, nem tampouco tipicamente portuguesa. O final do século XIX foi marcado por teorias múltiplas a respeito da decadência e da degeneração. Do mesmo modo, as teorias literárias do fim do século XIX se prestavam ao estudo da decadência, já que a ficção era considerada, por muitos escritores, uma fonte de conhecimento experimental aproximado da ciência. Contudo, a literatura de Eça de Queirós tem a particularidade de vincular-se profunda e intimamente com a escrita da história portuguesa, em especial, aquela dos trezentos anos que precederam o fim do século XIX.

O que nos interessa, aqui, é compreender a ideia de história presente na literatura de Eça de Queirós, que possibilita ao escritor propor uma interpretação para a decadência portuguesa. Tal ideia de história não constitui uma idiosincrasia de Eça de

Queirós que, ao contrário, fundamentou seus escritos nas obras de um dos mais importantes historiadores de seu tempo, igualmente integrante, como o próprio Eça, aliás, da “geração de 1870”: Oliveira Martins. Joaquim Pedro de Oliveira Martins foi um historiador marcado pelo renascimento de ideias da geração de 1870 e também muito influenciado pela concepção de história presente em Alexandre Herculano.

Orientado por uma interpretação da história de Portugal como se fosse a história de um organismo, pensou a história portuguesa como um ciclo de quatro fases: nascimento, apogeu, declínio e morte (PINTO COELHO, 1999, p. 258). O interessante é observar que o declínio do império português, segundo a interpretação do historiador, já se daria logo após as grandes navegações e os descobrimentos, advindo, sobremaneira, das conquistas portuguesas no Oriente. Nessa perspectiva, foi justamente durante o auge da expansão marítima portuguesa – quando poderíamos considerar um período de glórias e de conquistas, trazendo riquezas e poder e convertendo Portugal em um grande império – que o declínio teria se iniciado. A ideia de crise, uma crise instituída com a empreitada no Oriente – responsável pelo declínio moral e pelo gosto pelo luxo e pelo supérfluo – acompanha toda a interpretação de Oliveira Martins, relacionando-a à crise própria dos organismos vivos, que envelhecem, adoecem, se decompõem e morrem. Do mesmo modo que um organismo vivo, uma unidade nacional também poderia vivenciar essas diversas fases de seu desenvolvimento: a ideia de história, portanto, dos modos pelos quais as nações se transformam, estava ligada à mesma lógica que norteia a passagem do tempo na vida de um organismo, uma lógica biológica (ABREU, 1999, p. 341). Talvez possamos relacionar esse tipo de entendimento a uma busca por uma interpretação típica do discurso histórico, mas ainda muito associada aos modos pelos quais as outras ciências orientavam seu saber. É significativo notar que Zola também fundamentaria as teorias do seu “romance experimental” nos discursos que as ciências biológicas – no caso, a medicina – instituíam. Nesse período, as especificidades narrativas do que comporia um discurso tipicamente histórico – ou mesmo um discurso tipicamente literário – ainda não estavam definidas, de modo que não se constituíam como problemáticas as metáforas de ordem biológica.

Em Eça de Queirós, essas referências aparecem ilustradas, por exemplo, pela genealogia de Gonçalo Mendes Ramires, protagonista de *A ilustre Casa de Ramires*. Último de uma linhagem tradicional portuguesa, mais antiga mesmo do que Portugal, linhagem que teria participado de todos os eventos importantes da história portuguesa,

Gonçalo representa em certo sentido a culminância da decadência desta linhagem – e, em última análise, da própria decadência portuguesa. De certa forma, essa obra é também influenciada pelos princípios do naturalismo, já que ao apresentar a linhagem de Gonçalo, o autor apresenta o forte papel da hereditariedade e do meio na constituição individual. O indivíduo Gonçalo era o resultado da decadência familiar, após gerações; ao mesmo tempo, a decadência de sua família acompanhava a decadência da pátria (PINTO COELHO, 1999, p. 260). No bojo desta forma de compreender o indivíduo ou um clã, a partir da qual é possível haver “degeneração”, está uma concepção evolutiva, a qual igualmente fundamentava os trabalhos históricos de Oliveira Martins (ABREU, 1999, p. 342). Se a degeneração física de um organismo humano fazia parte do ciclo vital desse organismo, que nasce, cresce, degenera e morre, o mesmo raciocínio servia para pensar uma linhagem que, no acúmulo das gerações, chegou ao seu apogeu e decaiu até estar praticamente à beira do fim – como é o caso da linhagem dos Ramires, que tinha como seu último representante restante o próprio Gonçalo. Similarmente, a decadência de uma dada sociedade se dava “[...] como fenómeno de desagregação e perda das energias vitais por um todo social concebido como ser biologicamente organizado” (ABREU, 1999, p. 343).

Se, nas teorias sobre degeneração que circulavam no final do século XIX por todo o Ocidente, a degeneração podia ser pensada como produto de uma hereditariedade mórbida, negativa, que corromperia o organismo de modo inescapável, até levá-lo à doença e à morte, igualmente o organismo social, tal qual era pensado por Oliveira Martins, poderia ser levado à doença e à morte em decorrência de falhas e inadequações na construção de instituições por parte dos homens que compõem essa sociedade (ABREU, 1999, p. 344). Ou seja, se era possível haver uma degeneração “natural”, decorrente do próprio envelhecimento de uma dada sociedade, era possível também haver a degeneração mórbida, no caso, aquela que Oliveira Martins pensava para a história portuguesa.

Eça de Queirós, por sua vez, construiu, na saga da família Mendes Ramires, a saga da degeneração portuguesa, tornando mais simples e ao mesmo tempo mais concreto – no sentido de que a própria degeneração estaria representada em organismos individuais, com nome e sobrenome, cujas ações podemos acompanhar ao longo do romance – o modo de explicação histórica presente em Oliveira Martins. De todo modo, Eça não estava apenas reproduzindo um modo de pensar a sociedade portuguesa e a sua história, mas sim explorando, em novas formas narrativas, outros modos de produzir e

de difundir conhecimento do tipo histórico. Segundo Wolf Lepenies, desde a metade do século XIX, a literatura e as ciências sociais passaram a disputar a preferência de fornecer os discursos mais apropriados à nova sociedade industrial (LEPENIES, 1996, p. 11). Foi somente ao longo dos debates gerados pelas iniciativas de representantes de cada um dos campos (quando havia distinção entre eles) é que foram sendo criadas as diferenças fundamentais entre os modos de produção da ciência e da literatura ou da arte.

Afirmar que as distinções entre ciências sociais, incluindo nesse rol a história, e a literatura ainda não estavam consolidadas, não é o mesmo que afirmar, entretanto, que não era possível distinguir entre a escrita histórica e a escrita ficcional nos tempos de Eça de Queirós. É Maria de Fátima Marinho quem nos chama a atenção para o fato de que, em *A ilustre Casa de Ramires*, Eça constrói uma narrativa *dentro* da narrativa que ele próprio escreve: Gonçalo Mendes Ramires, personagem ficcional criado por Eça de Queirós, escreve, ao longo do romance, o seu próprio texto, de enredo entre a ficção e a realidade, já que baseado em fatos vivenciados pelos seus ilustres antepassados (MARINHO, 2004, p. 360). Os próprios propósitos pelos quais Gonçalo Ramires é incitado a escrever são bastante condizentes com aqueles que animam os romancistas contemporâneos a Eça. Ao reencontrar um antigo conhecido da Universidade de Coimbra, Gonçalo foi motivado a escrever a saga de sua família numa revista de literatura e de história – embora a história, real, devesse figurar sob a forma de um romance – que este pretendia lançar num futuro próximo:

É um dever, um santo dever, sobretudo para os novos, colaborar nos Anais. Portugal, menino, morre por falta de sentimento nacional! Nós estamos imundamente morrendo do mal de não ser portugueses! (QUEIRÓS, 1962, p. 198).

A passagem acima demonstra, ao mesmo tempo, a correspondência encontrada entre a realidade vivida pelo romancista e a realidade por ele escrita em seu romance – que, por sua vez, geraria um novo romance, desta vez uma ficção dentro da ficção – e a correspondência dos discursos de caráter organicista presentes tanto na ficção quanto na realidade. Para o companheiro de Gonçalo, Portugal seria um menino que morria – não devido ao envelhecimento, portanto; sua morte se dava em decorrência de uma ausência, como a ausência de um nutriente em um corpo que lentamente definha, que se torna incapaz de restituir a saúde: essa ausência era a ausência de sentimento nacional. Tanta intertextualidade só nos dá uma dimensão ainda maior da complexidade da obra

do romancista português e da complexidade da sua interpretação histórica, na qual as imagens organicistas são apenas uma ínfima parte.

### *Considerações finais*

Ao longo do estudo, tivemos a intenção de sistematizar algumas ideias gerais que compuseram o ambiente letrado em Portugal no decurso do século XIX, a partir da revolução liberal de 1820, mas, especificamente, por meio de exemplos da produção e da crítica a Alexandre Herculano e Eça de Queirós. Assim, tivemos a oportunidade de iniciar um caminho que foi, em geral, de meados da década de 1830 até o final do século. Longe de ser um caminho natural e progressivo, aqui expostos em sentido cronológico apenas por uma intenção de clareza, o que enfatizamos foram as transformações e permanências de duas noções relevantes ao exame das intimidades entre história e literatura naquela época.

Com Herculano, foi possível observar os primeiros movimentos no que diz respeito aos usos do romance histórico, em meio às mais diversas formas de convivência entre saberes no Oitocentos. Se hoje seu nome está diretamente ligado à carreira de historiador em sua versão moderna, é comprovável que ele ajudou a fazer com que o século XIX fosse o “século da história”, como é chamado, mas também o século do romance. A compreensão dirigida ao romance e suas apropriações nos ajudam a formular algumas hipóteses acerca de como o conhecimento histórico passava a ser apreendido naquele período. É inegável que os textos ficcionais cumpriam um papel de entreter os membros das classes médias e que havia aí um interesse inclusive mercadológico, na medida em que tratava de assuntos que interessavam às pessoas. Entretanto, havia outra escala, em paralelo, cujo caráter criativo era eminente, e isso afetava o texto historiográfico, no ponto que eram produzidos pelos mesmos agentes. A regeneração da nação era política, mas também literária.

A leitura a partir de Eça de Queirós levou-nos aos encaminhamentos advindos, sobremaneira, da chamada “geração de 1870” e seu ideário cientificista. Foi possível a investigação dos movimentos que, pouco a pouco, estabeleceram mais nitidamente a separação entre os discursos histórico e ficcional. A busca de argumentos para entender a decadência, tema comum em Portugal e em outros espaços da época, ganhou dimensão temporal alargada e motivada pelas noções de progresso e degeneração, típicas das teorias evolucionistas. A transposição dessa perspectiva para o romance foi

rápida. Com o realismo e o naturalismo de Queirós, todos os investimentos no sentido de discutir e repensar a suposta decadência da sociedade portuguesa seriam ampliados. A literatura, como uma sociologia, lançava à sociedade os impasses evidenciados pela história. O discurso da ciência transpassava a visão acerca do ser humano para o conjunto do tecido social então em voga à análise.

## Referências Bibliográficas

- ABREU, Luís Machado. As duas decadências de Portugal em Oliveira Martins. *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, v. 38, 1999.
- BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CATROGA, Fernando; CARVALHO, Paulo Archer de. *Sociedade e cultura portuguesas II*. Lisboa: Universidade Aberta, 1994.
- COELHO, Maria Tereza Pinto. Eça de Queirós e Oliveira Martins: a visão da história em A ilustre casa de Ramires. *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1999. 38 v.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2011.
- HERCULANO, Alexandre. Cartas sobre a História de Portugal. *Revista Universal Lisbonense*, Lisboa, 1842.
- \_\_\_\_\_. *Eurico, o presbítero; O monge de cister*. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1900.
- LEPENIES, Wolf. *As três culturas*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1996.
- MARINHO, Maria de Fátima. O discurso da história e da ficção: modificação e permanência. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Literatura e história: Actas do Colóquio Internacional Literatura e História*. Porto: Ed. Faculdade de Letras do Porto, 2004. 1 v.
- \_\_\_\_\_. *O romance histórico em Portugal*. Porto: Campo das Letras, 1999.
- MATOS, Sérgio Campos. *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*. Lisboa: Colibri, 1998.
- MATOS, Sérgio Campos. *Consciência histórica e nacionalismo: Portugal, séculos XIX e XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- NATÁRIO, Celeste. A situação de Portugal na Europa no final do século XIX e início do século XX: a Geração de 70. *Estudos Filosóficos*, São João Del-Rei, n. 1, p. 100-109, 2008.
- PROENÇA, Maria Cândida. *A regeneração: o conceito e a experiência nacional (1820-1823)*. 1987. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1987.
- QUEIRÓS, Eça de. *A ilustre Casa de Ramires*. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia, 1962.
- RICOEUR, Paul. *A crítica e a convicção*. Lisboa: Ed. 70, 2009.
- SARAIVA, António José. *Herculano e o liberalismo em Portugal: os problemas morais e culturais da instauração do regime*. Lisboa: Livraria Studium, 1949.
- \_\_\_\_\_. *História da literatura portuguesa: das origens a 1970*. Amadora: Bertrand, 1979.

TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. *História da história em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 1998.  
WEBER, Eugen. *França fin- de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.  
ZOLA, Emile. *O romance experimental e o naturalismo no teatro*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

Artigo recebido em 10/08/2013. Aprovado em 11/11/2013.